



## PARECER TÉCNICO N.º 007 – DOSE/PRODIN/IFAM/2018

Manaus/AM, 20 de setembro de 2018.

DA: DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – DOSE  
A(O): COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO – CGL  
ASS.: CONCORRÊNCIA 001/2018 – CONSTRUÇÃO DO REMANESCENTE DO CAMPUS DE TEFÉ/AM

### I - DAS INFORMAÇÕES

1. **CONCORRÊNCIA N.º:** 001/2018;
2. **OBJETO:** Construção do Remanescente de Obra do *Campus* Tefé;
3. **ASSUNTO:** Resposta ao PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 001/2018 impetrada pela Construtora Maracanã – Construções e Conservação LTDA.;
4. **INTERESSADO:** Comissão Geral de Licitação – CGL;
5. **ANEXO:** Pedido de Esclarecimento da Construtora Maracanã – Construções e Conservação LTDA.

### II - DA ANÁLISE

Acerca da análise ao pedido de impugnação e esclarecimento ao Edital da Concorrência nº 001/2018, cujo objeto é a construção do Remanescente de Obra do *Campus* Tefé, a Diretoria de Obras e Serviços de Engenharia, por meio de seu Corpo Técnico, traz à baila os questionamentos (Ofício da demandante recebido em 20.09.2018), que em seu bojo, argumenta de maneira preponderante que a Administração está cometendo: a) Restrições ao caráter competitivo da licitação (desrespeito à Constituição Federal, art. 37 e à Lei Geral de Licitações (n. 8.666/1990), no art. 30), pela limitação à 1 (um) atestado de capacidade técnica (a contrário *sensu*, repelindo a soma de atestado para que se atinja o *quantum* necessário pedido); b) Acusação grave pela IMPETRANTE, que a Instituição está “direcionando” o rumo do certame em favorecimento de licitante (não citado).

A fim de proporcionar o melhor esclarecimento possível ao duto licitante, esta Diretoria desenvolverá a adequada resposta na ordem dos pedidos e das acusações, por ele feito.

No pleito descrito na alínea “a” supra, pede-se a razão de não ser aceita a soma de atestados. Ao se observar o item 7.3.3 Qualificação Técnica, subitem 7.3.3.1 Registro junto aos órgãos competentes da empresa na área de atuação prevista no projeto básico, alínea “b”, do Edital da Concorrência 001/2018 - Remanescente de Obra do *Campus* Tefé, têm-se o seguinte:

b) Comprovação de capacidade técnico-profissional, mediante a comprovação de que o responsável técnico apresentado no item anterior é detentor de atestado de responsabilidade





técnica por execução dos serviços em uma única unidade predial **POR ITEM (não serão aceitos somatórios de atestados).**

I) - Possuir atestado de Execução de **EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM.**

AF\_08/2015 – **3.135 m<sup>2</sup>** - equivalente ou tecnicamente superior;

II) - Possuir atestado de Execução de **PISO INDUSTRIAL DE ALTA RESISTENCIA, ESPESSURA 8MM, INCLUSO JUNTAS DE DILATAÇÃO PLÁSTICAS E POLIMENTO MECANIZADO = 480 – m<sup>2</sup>** -equivalente ou tecnicamente superior;

III) - Possuir atestado de Execução de **COBERTURA COM TELHA GALVANIZADA TRAPEZOIDAL SANDUÍCHE, POLIURETANO, PINTADA 2 FACES, E=0,5 MM H=50MM = 283 – m<sup>2</sup>** - equivalente ou tecnicamente superior; Grifei.

Antes de adentrar especificamente na resposta, é primordial que faça um pequeno preâmbulo acerca das quantidades mínimas exigíveis. Tais quantidades postas, representam não mais que 50% (CINQUENTA POR CENTO) das quantidades originalmente postas em planilha orçamentária (no site do Instituto: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/adminitracao/proad/licitacoes/ifam/concorrenca-01-remanescente-de-obra-de-construcao-do-campus-tefe>) de estimativa de custos diretos e indiretos referentes a este projeto. Ao se citar isso, mostra que a Administração está sendo obediente ao amplo entendimento da Corte de Contas (Tribunal de Contas da União), ao estabelecer este *quantum* (patamar) os serviços devidamente de maior relevância e valor significativo (Lei Geral de Licitações, art. 30, §1º, I). Observa-se, a compreensão jurisprudencial do Tribunal de Contas sobre o assunto, no enunciado sumular n. 263/2011:

SÚMULA TCU 263: Para a **comprovação da capacidade técnico-operacional** das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, **é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.** Grifei.

Assim como no Acórdão 2099/2009-TCU-Plenário, Relator: Min. Augusto Sherman:

7. É vedado o estabelecimento de **percentuais mínimos acima de 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço**, para fins de comprovação técnica dos licitantes, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados no processo administrativo relativo à licitação. Grifei.

Tal condição é essencial à busca da proposta mais vantajosa à Administração, com garantia à isonomia e com olhar além, para melhor execução possível do objeto. Esta é uma fase de conhecimento proporcionada à Administração pela Lei Geral de Licitações, do *know-how* dos licitantes, sem dúvida, uma etapa de exame da semelhança dos serviços a serem contratados (razoável e proporcional) e da





possibilidade de aferir a capacidade de gestão e coordenação da contratada, em perfeita sintonia com os princípios primordiais da licitação, uma vez que a garantia do cumprimento das obrigações tem cunho constitucional. Com isso está vencida questão suscitada – de quantidades mínimas requisitadas – uma vez que está respeitado neste edital os preceitos anteriormente descritos.

Agora, passa-se a etapa de não aceitação de somatório de atestados. Esta está intimamente relacionadas às respostas/justificativas anteriormente mostradas. A somatória de atestados é uma técnica normalmente aplicável às licitações desta natureza. A limitação de número de atestados é um procedimento técnico de **EXCEÇÃO**. A exceção está justamente calcada à apresentação de justificativa técnica plausível, ou, como bem leciona o eminente autor do campo Justen Filho (2012) *apud* Altounian (2014)<sup>1</sup>:

*A qualificação técnica-operacional consiste na execução anterior de objeto similar àquele licitado. Ora, isso significa que a identidade do objeto licitado é que determina a possibilidade ou não de somatório (...). Em muitas vezes, a complexidade do objeto licitado deriva de certa dimensão quantitativa. Nesses casos, não terá cabimento o somatório de contratações anteriores. Grifei.*

No projeto básico em destaque, é completamente plausível e lícito o ato da Administração **EM NÃO ACEITAR SOMATÓRIO DE ATESTADOS**, uma vez que a dimensão desta obra é de 3.112,50 m<sup>2</sup> de área construída, com as seguintes características: edificação em dois pavimentos, auditório, biblioteca, salas de aula, salas para laboratório, ambientes administrativos, banheiros, área de convivência, elevador, subestação de 500 KVA, piso intertravado com bloco sextavado com área de 6.278,25 metros quadrados, piso de alta resistência com 972,21 metros quadrados, cobertura com telha galvanizada trapezoidal sanduíche com 567,56 metros quadrados. Tal complexidade técnica para a execução da obra, bem como o necessário conhecimento da produção de seus serviços e seu transporte de materiais e equipamentos, solicitam naturalmente uma maior *expertise* (dada a comprovada complexidade adstrita à escala do objeto) na execução destes serviços. A equipe técnica do IFAM entende que para a realização integral deste empreendimento, a licitante deve comprovar que executou, pelo menos, 50% dos quantitativos destes itens supracitados.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União atua de maneira invulgar na definição daquilo que pode ou não ser colocado no Edital, de maneira a ser mantido o caráter competitivo da licitação e aquilo que deve ser realizado em obra, com base na experiência do competidor. São coletadas algumas jurisprudências na Corte que fazem essa inteligência:

<sup>1</sup> ALTOUNIAN, Cláudio Sarian. **Obras públicas: licitação, fiscalização e utilização**. 4ª Edição, revisada e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2014. p. 232.





2. O estabelecimento de requisito de apresentação de um número mínimo (in casu máximo de 1 atestado) de atestados é possível desde que represente um equilíbrio entre a manutenção do caráter competitivo da licitação e o interesse da Administração em garantir a boa execução dos serviços. (TCU. Acórdão n. 2.194/2009, Plenário. Relator: Min. Raimundo Carreiro). Modifiquei.

1. É vedada a imposição de limite para a quantidade de atestados ou certidões de execução de serviços para fins de comprovação de qualificação técnica dos licitantes quando o seu objetivo for, tão somente verificar empreendimentos anteriormente realizados pela licitante têm dimensão semelhante à do objeto do certame, excetuada a hipótese em que tal limitação tenha por finalidade única e exclusiva garantir que a empresa contratada detenha o conhecimento técnico e a capacidade operacional inerente à metodologia construtiva a ser aplicada. (TCU. Acórdão n. 1.240/2008, Plenário. Relator: Min. André Luís de Carvalho). Grifei.

(...) é vedada a imposição de limites ou de quantidades certa de atestados ou certidões para fins de comprovação de qualificação técnica, salvo se a natureza da obra ou do serviço assim o exigir. (TCU. Acórdão n. 772/2009, Plenário). Grifei.

Diante do exposto, está devidamente materializada a obediência daquilo que se figura na Lei Geral de Licitações além da atual jurisprudência do Tribunal de Contas da União no tocante ao ato de exigência de atestado único por item. No que diz respeito ao ato emanado pela Administração, fora feita antes, uma acurada interpretação sistemática de todos os elementos (Lei e Jurisprudência) de maneira a se vislumbra a possibilidade de realização do ato. Isso foi visto e por essa razão a exigência lá (em Edital) está posta.

Em licitações pretéritas de projetos da mesma natureza nesta Instituição, foram feitas 4 (QUATRO) concorrências (Itacoatiara, Eirunepé, Tefé e Humaitá) e mais 2 (DUAS) concorrências de remanescentes (Humaitá e Eirunepé) com as mesmas características editalícias, sem que se tenham movidos quaisquer recursos sobre o assunto (atestado único por item), havendo em cada certame realizado, acima de 04 (quatro) licitantes por obra e em locais com mais concorrência (Itacoatiara e Humaitá) quase 10 (dez) habilitações para apresentação de propostas, com acervos condizentes com o objeto. Isso posto, não há de se falar em direcionamento de licitações a determinados competidores uma vez que, com o atendimento dos critérios e complexidade da obra (explicitados anteriormente) e de edital, qualquer licitante pode ser habilitado e apresentar sua proposta.

Por último, porém sem caráter diretamente relacionado à aspectos técnicos do certame, há um ato falho e de elevada gravidade cometido pelo IMPETRANTE. Após a redação sobre os aspectos técnicos que não lhe pareciam claros ou corretos, o mesmo na página 4, faz a seguinte afirmação:





(...). Comumente, exigências deste tipo (atestado único por item) são um forte indício de que estamos diante de um termo de referência direcionado para favorecer um licitante determinado!

É gravíssima a afirmação que o IMPETRANTE fez ao redigir o seu recurso. Acusar a Administração Pública que por meio de seus agentes está criando embaraços à certos competidores de certame a fim de direcionar a certo grupo que possuem os requisitos do Edital, nada mais é que Prevaricação (Código Penal Brasileiro, art. 319) além da conduta criminosa descrita no art. 90 da Lei Geral de Licitações, *in verbis*:

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

Foi sem dúvida uma infelicidade o IMPETRANTE ter se utilizado de recurso com finalidade específica para fazer além daquilo que lhe é reservado, inscrever infundadas acusações aos agentes públicos responsáveis pelo certame (e por corolário à sua lisura e higidez), sem qualquer tipo de provas. Existe um comando expresso no Código de Processo Civil Brasileiro (Lei n. 13.105/2015) que pode ser importado sem prejuízo ao âmbito das Licitações (sub-ramo do Direito Administrativo) que é o seguinte:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

Em referência a isso, pede-se com *máxima vênia*, que se o IMPETRANTE tem alguma informação pertinente que ele traga esta à luz e comprovando sua veracidade. A simples e leviana afirmação de que a Administração está agindo no arripio da lei em proveito de terceiros nada mais é que Calúnia (Código Penal Brasileiro, art. 138) e desacato ao funcionário público (Código Penal Brasileiro, art. 331) imputadas aos agentes públicos por particular. Graves afirmações sem qualquer embasamento.

Finalmente, solicita-se ao IMPETRANTE que faça uso dos recursos administrativos para estritamente questionar itens relativos à licitação e não os utilizem como veículos de acusações e conjecturas sem provas e de desrespeito aos agentes públicos que trabalham sob uma conduta séria e ilibada a serviço da União.

#### **IV - DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Diretoria de Obras e Serviços de Engenharia em apoio à Comissão Geral de Licitação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, opta destarte:



- a. **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, haja vista o indeferimento completo do pleito do douto licitante pelas justificativas apresentadas.
- b. **DAR O DEVIDO PROSSEGUIMENTO AO CERTAME**, tendo em vista a **NÃO ALTERAÇÃO** das condições anteriormente propostas na licitação e esclarecidas as dúvidas do douto licitante.
- c. **REFUTAR** com veemência qualquer **ACUSAÇÃO INFUNDADA** técnica e juridicamente ao Instituto de mitigação do caráter competitivo de licitação em benefício de terceiros.
- d. **SOLICITAR** ao licitante que se atenha ao **USO CORRETO DO RECURSO ADMINISTRATIVO** com o devido respeito à Administração Pública.

É o parecer.

Diretoria de Obras e Serviços de Engenharia / Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/IFAM

**Elias Santos Souza**  
Engenheiro Civil

**Péricles Teixeira Veiga**  
Engenheiro Civil

**Luiz Gabriel Martins Correia**  
Engenheiro Civil